
A GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA PÓS-SOVIÉTICA EM UM MUNDO EM TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA: UMA ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA

THE GEOPOLITICS OF POST-SOVIET RUSSIA IN A WORLD IN HEGEMONIC TRANSITION: AN ANALYSIS OF RELATIONS WITH LATIN AMERICA

DOI: 10.5380/cg.v14i3.96273

Theo Peixoto Scudellari¹

Alexandre Freitas da Silva²

Resumo

As transformações nas dinâmicas de poder, geoeconômicas e relacionais no sistema internacional complexificam as formas através das quais os Estados orientam suas políticas externas e a condução das interações com os demais sujeitos globais. No caso da Rússia, isso se dá de forma particular ao se ter em vista a desintegração da União Soviética e a reorganização das bases russas em suas diversas esferas. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo central observar a reorganização das relações russas no pós-Guerra Fria, com ênfase no que concerne à América Latina. Isso se dá em função da busca por uma compreensão mais acurada acerca de como o país vislumbra seus laços com os países latinos na América, estes circunscritos pelas doutrinas e pela projeção de poder dos Estados Unidos no decorrer da Guerra Fria. Portanto, a investigação em torno dessas novas perspectivas se coloca como significativa para os estudos internacionais. O texto seguirá uma abordagem qualitativa, pautada por uma pesquisa bibliográfica fundamentada em um método analítico-interpretativo de base dedutiva, entendendo-se os Estados enquanto sujeitos fundamentais em um sistema entrelaçado, ao mesmo tempo, pela multilateralidade e pelas projeções globais de poder. Conclui-se, por conseguinte, que a movimentação russa, principalmente após os rearranjos promovidos durante o primeiro governo Putin, pautada por interesses globais de poder e expansão – tanto militar quanto econômica –, inclui uma aproximação com a América Latina, mesmo que voltada para certa moderação e pragmatismo, redesenhando os fluxos observáveis no período da URSS.

Palavras-Chave: Rússia; América Latina; Pós-Guerra Fria; Relações Internacionais; Política Externa.

Abstract

The transformations in the dynamics of power, geoeconomics, and relations in the international system complicate the ways in which states guide their foreign policies and conduct interactions with other global actors. In the case of Russia, this is particularly true given the disintegration of the Soviet Union and the reorganization of Russian bases in its various spheres. In this sense, the main objective of this article is to

¹ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP); E-mail: theo.scudellari@unesp.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3514-2992>.

² Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP); E-mail: alexandre.freitas@unesp.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6294-7377>.

observe the reorganization of Russian relations in the post-Cold War period, with an emphasis on what concerns Latin America. This is due to the search for a more accurate understanding of how the country views its ties with Latin American countries, which were circumscribed by the doctrines and projection of power of the United States during the Cold War. Therefore, research into these new perspectives is significant for international studies. The text will follow a qualitative approach, guided by bibliographical research based on an analytical-interpretative method with a deductive basis, understanding States as fundamental subjects in a system intertwined, at the same time, by multilateralism and global projections of power. It is concluded, therefore, that Russian movements, especially after the rearrangements promoted during Putin's first government, guided by global interests of power and expansion – both military and economic –, include a rapprochement with Latin America, even if focused on a certain moderation and pragmatism, redesigning the flows observable in the USSR period.

Keywords: Russia; Latin America; Post-Cold War Period; International Relations; Foreign Policy.

* Artigo recebido em 29 de julho de 2024, revisado em 27 de agosto de 2025, aprovado em 02 de novembro de 2025.

1. INTRODUÇÃO

As ações da Rússia no mundo são cercadas de estigmas, sendo o país visto como um agente estranho ao Ocidente, na medida em que reverbera na memória coletiva desta parte do mundo a Moscou soviética e seu papel de antagonista. Os russos são, assim, o outro, uma espécie de começo do Oriente, refém, portanto, do exotismo impregnado na visão eurocêntrica do diferente (TSYGANKOV, 2016). Sob o olhar latino-americano, a Rússia tende a sofrer com o filtro ocidental a que boa parte de nossa região se apegava por heranças coloniais. Todavia, a constituição de novas redes de alianças e a consolidação da soberania dos Estados na região têm oferecido espaço para reflexões a respeito de uma incipiente relação entre Rússia e América Latina (SEGRILLO, 2012).

Embora alguns países da região tenham recebido imigrantes de origem russa e cultivado bons laços junto à União Soviética, o peso hemisférico dos Estados Unidos condicionou a atuação internacional dos governos latino-americanos durante a Guerra Fria, os quais foram constrangidos a ir de reboque à política de poder americana em relação a Moscou, com raras exceções – mormente Cuba (AYERBE, 2002). Nesse sentido, a Rússia soviética sofreu com estereótipos e a construção de uma imagem como sendo o eixo comunista e, por isso, rival das ditaduras e elites latino-americanas, que visavam defender suas terras de qualquer intento bolchevique.

Há muitas nuances que perfazem a construção da imagem soviética e o seu papel nas relações entre América Latina e URSS ao longo da Guerra Fria, as quais serviram a muitas análises sob diversas perspectivas e que contribuíram para interpretar o lugar latino-americano no século XX. No entanto, o objetivo deste artigo é oferecer uma contribuição quanto ao período pós-soviético. É nesse espaço de tempo que tanto a Rússia quanto a América Latina alteraram suas projeções no cenário internacional. Por isso, voltamos nossa análise a uma Rússia não mais socialista e a uma América Latina menos circunscrita e cerceada por Washington em uma conjuntura de multipolaridade global, sobretudo com a ascensão da China.

Pressupõe-se que a análise da Rússia sofre na região de visões equivocadas e oriundas do estigma da antiga URSS, bem como do contexto de rivalidade acentuada entre Estados Unidos, Europa e Rússia desde a crise na Crimeia em 2014. Por isso, o senso comum e mesmo as análises jornalísticas sofrem de um viés da Guerra Fria ao citar a Rússia atual quando tratam da presença desta na América Latina. Assim, nosso objetivo geral é colocar em perspectiva como as relações russo-latinoamericanas evoluíram e quais são os principais aspectos que as condicionam. Será utilizado como recorte o período pós-soviético — ensejando uma construção histórica significativa para a compreensão das transformações geopolíticas ao longo do tempo — até a completude de dois anos de guerra na Ucrânia, ou seja, de 1991 a 2024. Tem-se como hipótese, por conseguinte, que a

Rússia galga um espaço relevante em meio às relações com a América Latina e introduz uma nova forma de se observar a geopolítica da região, uma vez que a ascensão desse ente internacional reverbera em uma atenção dos EUA enquanto potência hegemônica regional e internacional, buscando manter sua posição enquanto tal.

Para a consecução de tais ensejos analisar a referida hipótese, utilizar-se-á de uma abordagem qualitativa fundamentada em um diálogo entre a geopolítica tradicional e um viés mais histórico-estrutural. E de que modo esse diálogo se faz possível? A contribuição clássica no campo da geopolítica possibilita o aprofundamento nas próprias nuances dos Estados na formulação de suas políticas externas no que tangem à temática em questão, pressupondo elementos materiais e estruturais relevantes no estudo das correlações entre poder, território e hegemonia. As obras de Zbigniew Brzezinski, Andrei Tsygankov e Dmitri Trenin são relevantes neste sentido, uma vez que trazem à tona discussões referentes às interações entre os Estados na construção de suas projeções de poder e de influência, balanceando as suas alianças e formas de prospecção de seus objetivos internacionais – utiliza-se, por vezes, a expressão “realismo estratégico” para tais inclinações analíticas. Destarte, tal referencial pode trazer conceituações significativas para a compreensão dos aspectos ensejados nos objetivos.

Enquanto isso, uma perspectiva histórico-estrutural é importante na medida em que traz à tona o papel das formações históricas específicas que moldam a dinâmica dos elementos trazidos pelos teóricos tradicionais, entrelaçando elementos conjunturais e estruturais (de longa duração). Ou seja, não é uma perspectiva avessa àquela, mas sim um outro molde para interpretá-los através do tempo. Luís Ayerbe (2002) é um exemplo muito relevante neste escopo, uma vez que busca compreender o papel da projeção de poder da potência hegemônica sobre a América Latina a partir desse viés histórico, alinhando aspectos expressivos do realismo a partir de uma sistematização de como percepções e dinâmicas são construídas ao longo do tempo³, fazendo uma aliança relevante entre o teórico e o empírico. Percebe-se que há uma correlação possível entre tais visões.

O artigo guia-se, assim, por uma interlocução entre as teorias tradicionais da geopolítica, aliadas por uma abordagem histórico-estrutural que vislumbra um desenvolvimento empírico sobre os conceitos e sua adequação e desenvolvimento no tempo. Entende-se, por conseguinte, que o presente artigo reside em um estudo de pesquisa bibliográfica que se utiliza de uma abordagem analítico-interpretativa, centrada na exploração das referências teóricas, empíricas e documentais e

³ Apesar de o foco de Ayerbe recair nas relações entre a América Latina – sumariamente o Brasil – e os EUA, sua abordagem se coloca como significativa na medida em que articula uma visão crítica, historicamente embasada, da hegemonia norte-americana sobre a América Latina, possibilitando tanto uma construção que articule os princípios tradicionais da geopolítica quanto uma investigação acerca do papel da América Latina em meio às projeções e perspectivas de poder no sistema internacional contemporâneo.

na respectiva observação de seus conteúdos⁴, bem como sua articulação coerente a partir dos conceitos a serem estabelecidos. Essa interlocução permite que o artigo se desenvolva de forma mais coesa a partir do processo de interpretação documental e bibliográfica, além de poder contribuir para as discussões contemporâneas sobre o papel da Rússia em meio às transformações globais latentes. Assim, a investigação adquire uma natureza descritiva e explicativa, pormenorizando aspectos significativos para o entendimento dos posicionamentos russos na reconfiguração de poder global – sobretudo no que tange à América Latina. Em tópico específico a seguir, serão escrutinados esses procedimentos metodológicos e suas características mais gerais com especificidade ao texto aqui desenvolvido.

Com efeito, é preciso refletir sobre a política externa russa pós-soviética e as suas consequências para o que entendemos ser uma nova geopolítica de atuação russa, com base nos trabalhos consultados na área. Em seguida, observamos que agentes na América Latina e que particularidades nos últimos anos oferecem espaço para a atuação russa. Dessa forma, pode-se depreender o que de fato fundamenta as relações entre América Latina e Rússia e a que devemos dedicar atenção nos próximos anos. Para tais empreendimentos, inicia-se a discussão a partir de uma breve exposição teórico-conceitual para prover os elementos basilares que conduziram a análise contida no texto, esclarecendo ao leitor e propiciando um viés de rigorosidade e precisão.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DE METODOLOGIA

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTAIS

Conforme destacado na introdução, o artigo tem por base procedimental a pesquisa bibliográfica, entendida por Lima e Miotto (2007, p. 38) como “um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”. Assim, difere-se da revisão de literatura, a qual deve ser entendida como uma etapa comum a qualquer forma de condução de pesquisa. Esse tipo de abordagem, por conseguinte, deve ser pensado enquanto um critério relevante no escopo dos estudos qualitativos, uma vez que o

⁴ Para os fins metodológicos do presente artigo, a observação mencionada refere-se à técnica voltada para a coleta dos dados e sua referida organização a partir de princípios de coerência e coesão, sempre articuladas ao referencial teórico selecionado. Conforme Marconi e Lakatos (1999, p. 90), a observação, nestes critérios, pode ser entendida como a “coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na atenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos e ou fenômenos que se deseja estudar”. Neste sentido, a observação, no presente texto, adquire um viés não-participante, ensejando o distanciamento dos autores com relação ao objeto de estudo para que haja uma rigorosidade significativa no processo de interpretação dos dados e fenômenos atinentes ao tema.

problema adjacente à realidade de cunho qualitativo possui especificidades próprias, marcadas pela sua historicidade, pelas óticas referentes ao pesquisador e pela própria natureza rica e complexa que marca a interação deste mesmo objeto com a realidade empírica.

Sob tal espectro, para que a pesquisa bibliográfica possa se desdobrar adequadamente, há a necessidade de se pensar o conjunto de conceitos e princípios teórico-metodológicos que são balizadores do estudo. Estes foram brevemente trazidos na introdução e seguem com maior especificidade na subseção 2.2. Assim, a teorização se coloca como a lente que guia o entendimento basilar sobre a dinâmica da realidade em que se insere o objeto – o jogo geopolítico, os interesses postos; todos esses elementos dependem da visão estabelecida sobre os conceitos essenciais.

Neste sentido, a partir dos referenciais elencados para o estudo, centrados na perspectiva tradicional da geopolítica e em consonância a um viés histórico-estrutural, a pesquisa bibliográfica se estabelece enquanto um procedimento *per se*, subdividido em critérios e diretrizes que a tornam uma abordagem clara e direta para que se possa absorver os caminhos seguidos para a construção do presente texto. Inicialmente, tendo-se o objeto e o constructo epistemológico em mente, deve-se prosseguir uma seleção de documentos e materiais (livros, artigos, teses etc.) que sejam relevantes para a temática abordada, elucidando as particularidades supramencionadas sobre o objeto e a realidade a ele atinente. Assim, torna-se possível a obtenção de um conjunto de informações diversas para o aprofundamento no estudo e a pormenorização das variáveis envolvidas em suas diversas formas. A temática, somada à hipótese, são guias para a seleção dos materiais adequados para a pesquisa.

As principais bases de dados utilizadas para busca de periódicos e artigos foram o Google Acadêmico, Scielo e Scopus — para que não fosse uma busca bibliográfica demasiadamente abrangente — e, ao mesmo tempo, pudesse abranger um número significativo de estudos. Outras referências foram utilizadas a partir do conhecimento de sua tangência temática, principalmente no que concerne aos livros e demais obras de referência. A delimitação da data de publicação dos textos buscados encontra respaldo na própria delimitação temporal do artigo, propiciando uma convergência no que se refere às conexões entre as fontes e os desdobramentos observados na pesquisa. Ainda, foram utilizadas palavras-chave como “Rússia Pós-Soviética”, “América Latina”, “Geopolítica Russa”, “Hegemonia”, em conjunto e separadamente, para encontrar uma bibliografia satisfatória para a composição da argumentação do texto, estabelecendo-se uma delimitação adequada⁵.

⁵ Ao selecionar essas três bases de dados, juntamente com a seleção das palavras-chave atreladas aos objetivos centrais da investigação, buscou-se abranger uma quantidade significativa de estudos em plataformas que são indexadas por periódicos relevantes. Dessa forma, vislumbrou-se a delimitação bibliográfica na tentativa de tornar a pesquisa exequível e palpável em termos de conteúdo a ser analisado e tangenciado com as demais fontes.

Portanto, conduziu-se uma ampla busca bibliográfica sobre a geopolítica russa, bem como suas conexões com a América Latina, abrangendo publicações científicas, relatórios e análises. A fim de estabelecer uma base conceitual robusta, a investigação foi conduzida em catálogos de bibliotecas universitárias e no Oasis, utilizando-se um conjunto de palavras-chave, como “geopolítica russa”, “pensamento estratégico russo” e “Geopolítica da Rússia pós-soviética”, visando a identificação de modelos e referências que pudessem elucidar as origens e bases teóricas ensejadas, além de autores seminais da área. O critério de seleção incluiu a autoridade e a relevância histórica dos autores, priorizando materiais que oferecessem um arcabouço sólido para analisar as dinâmicas externas da Rússia.

A metodologia empregada assegurou a coleta de dados de fontes primárias (a exemplo das menções ao Ministério das Relações Exteriores da Rússia) e secundárias, garantindo uma perspectiva abrangente sobre as motivações e estratégias atinentes à geopolítica russa. Este procedimento metodológico possibilitou a construção de uma análise mais sólida e uma argumentação mais coesa. No mais, para além destas fontes, foram levantadas reportagens e matérias de jornais internacionais, inclusive aqueles com sede em Estados mais alinhados ao viés ocidental (como *The Guardian* e *Deutsche Welle*), o que possibilita uma leitura crítica dos materiais e a sua interpretação a partir dos conceitos e perspectivas suscitadas.

Posteriormente, fez-se necessária uma sistematização das óticas que compõem cada um dos materiais selecionados, vislumbrando-se uma abrangência sobre “como” cada um deles aborda a temática e, por conseguinte, de que modo podem contribuir para os objetivos elencados. Para tanto, as obras selecionadas no artigo que aqui se desdobra foram lidas e observadas sempre com o referencial teórico e conceitual enquanto fio condutor analítico, possibilitando uma ótica mais consistente e uníssona, reduzindo-se os riscos de evasão conceitual e de coerência. Nesta lógica, intentou-se observar os referenciais a partir das concepções clássicas da geopolítica, vinculando-os a um ideal histórico que permita a construção do conhecimento a partir de uma ótica ampla, que não vincule a Rússia e suas aspirações geopolíticas apenas ao viés do “outro”, do oposto aos EUA. Assim, pode-se adequar os referenciais e, conjuntamente, justapor as informações obtidas por este viés analítico das obras selecionadas.

Por fim, desenvolve-se uma síntese das informações obtidas em um artifício dialético com o referencial buscando responder aos questionamentos — simultaneamente à condução dos objetivos — que embasaram a elaboração temático-estrutural da investigação. É a etapa mais crítica e mais interpretativa dessa pesquisa bibliográfica, possibilitando um debate entre as obras selecionadas para se entender a geopolítica russa (pós-URSS). Importante ponderar que esse caráter interpretativo não significa uma subjetividade completa, tampouco uma aleatoriedade nas bases fundamentadoras da argumentação. Na verdade, esse procedimento também foi conduzido de forma

criteriosa, conduzindo-se pelos preceitos metodológicos dos autores tidos como parte do referencial conceitual e teórico, criando o caráter unificador outrora destacado. Sendo assim, essas etapas de exploração temática foram essenciais para que o estudo pudesse adquirir uma forma coerente e, ao mesmo tempo, uma argumentação relevante para um tema de grande apreço para as relações internacionais contemporâneas.

2.2 A GEOPOLÍTICA, AS DISPUTAS DE PODER E A (RE)FORMULAÇÃO DAS DINÂMICAS GLOBAIS: BREVES COMENTÁRIOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Para que os aspectos mencionados na introdução possam ser desenvolvidos de forma mais uníssona e consonante, é relevante trazer uma sistematização teórico-metodológica e conceitual, esclarecendo questões que possibilitam o alinhamento com a argumentação proposta, sendo princípios integradores para a construção procedimental trazida na subseção anterior. Cabe retomar o que fora ponderado na introdução. Para se oferecer uma visão mais completa sobre a temática abordada, utiliza-se de princípios suscitados pela abordagem tida como “tradicional” ou “clássica” da geopolítica, de modo que possibilita entender os mecanismos que fundamentam a projeção de poder russo em meio às dinâmicas políticas, geográficas e militares do mundo contemporâneo. Além disso, possibilita o vislumbre da configuração em que os demais Estados estão vinculados para observar com maior clareza os padrões e determinações das ações e diretrizes da Rússia. Ao mesmo tempo, o emprego de uma ótica histórica possibilita que essas mesmas estruturas sejam avaliadas a partir das construções e modificações que as circunscrevem através do tempo, entendendo-se como a Rússia se aproveita e se insere em meio a elas, considerando que as alterações conjunturais são relevantes para as movimentações no tabuleiro geopolítico. Além disso, essa abordagem possibilita que o artigo apresente uma visão que não seja ocidentalizada, isto é, que estabeleça a Rússia enquanto agente marginalizado e oposto à primazia estadunidense.

Neste sentido, entende-se que é possível uma interlocução profícua entre estes dois vieses, possibilitando um estudo bem articulado e que possa ser esclarecedor e, ao mesmo tempo, dialógico com diferentes formas de se pensar as nuances da geopolítica. Dessa forma, este termo merece uma descrição adequada, justamente para que a seleção das obras e das informações fique mais clara, evidenciando-se quais variáveis são consideradas relevantes no escopo geopolítico empregado. Brzezinski (1997)⁶ trabalha com a noção de que a geopolítica é composta pelo conjunto de estratégias

⁶ O autor traz uma visão que objetiva elucidar ações e estratégias para que os Estados Unidos possam manter sua supremacia global, estabelecendo a Rússia enquanto um sujeito de grande atenção para tal ensejo. Apesar de uma visão fortemente americanizada, a obra do autor pode ser de grande referência tanto como fonte de crítica para a visão de periferização da Rússia, quanto para se obter informações no escopo da geopolítica, uma vez que o autor trabalha com uma visão tradicional que envolve as lógicas e dinâmicas de poder, trazendo reflexões interessantes, principalmente se observada a partir da síntese mencionada na seção 2.1.

– diplomáticas, militares e políticas – que vislumbram a melhor alocação de esforços e recursos para a consecução de determinados objetivos no âmbito das dinâmicas e relações de poder. Assim, a geopolítica está fortemente vinculada ao território, ao domínio de determinadas regiões relevantes (em termos de acesso a mercados ou recursos) e à projeção que determinado Estado consegue exercer de seu poder sobre os demais sujeitos. Essa visão do autor está fortemente alinhada com autores clássicos como Mackinder e Spykman, os quais debatem a importância do controle de determinadas parcelas/regiões do globo para a sustentação de uma primazia ou hegemonia – conceito que será exposto a seguir.

Essa definição não necessariamente se vincula a um ideal unicamente americanizado – apesar de muitos autores no escopo da geopolítica fazerem uso de seus artifícios. Alguns autores russos, como Dmitri Trenin (2001), também partem de pressupostos das vertentes clássicas, adaptando-os à realidade e aos anseios russos, procedimento válido no escopo de um estudo tão amplo e complexo como a geopolítica contemporânea. Um exemplo claro desta interlocução – mesmo que sob juízos de valor distintos – reside no compartilhamento da ideia do *heartland*, entendido enquanto uma porção territorial que possibilita um conjunto de controles, influências e projeções através do globo, reverberando em uma aquisição de capacidades de poder, econômicas e militares que garantem uma certa preponderância (BRZEZINSKI, 1997; TRENIN, 2001).

Por tal aspecto, essa concepção de geopolítica pode ser elencada como válida e adequada para o desenvolvimento da argumentação proposta no presente texto, auxiliando na interpretação e análise das informações e dados coletados pela bibliografia em questão. No mais, a discussão de autores centrados na perspectiva russa auxilia no enriquecimento do debate geopolítico, explicitando as diferentes óticas que podem permear as investigações a partir dos conceitos clássicos, bem como a sua atualidade para a compreensão do mundo contemporâneo. Além disso, essa sistematização teórica é basilar para a sustentação argumentativa do artigo, valorizando os elementos conceituais e a contribuição para o campo de pesquisa em questão, ao fortalecer os elos descritivos e explicativos ensejados.

A discussão sobre a geopolítica, como observado, leva diretamente ao debate sobre a hegemonia. Este termo apresentou, historicamente, diversas conceituações pautadas em muitas bases epistemológicas, desde análises da realidade doméstica, passando pela internacional e até mesmo a interação entre ambas. Tendo-se compreendido a geopolítica conforme sugerido, a hegemonia não se distancia substancialmente dessa linha teórico-argumentativa, possibilitando maior coerência no desenvolvimento investigativo. A hegemonia deve ser entendida enquanto a obtenção e a manutenção de um elevado grau de supremacia militar e econômica, mas não se limita a esses elementos, os quais são os mais comumente evocados ao se debater o conceito pois materializam ele (BRZEZINSKI, 1997).

Há, ainda, dois tipos de influência que legitimam a posição de poder e de preponderância sobre os demais sujeitos internacionais. O primeiro tipo é aquele que se desdobra sobre instituições e organizações internacionais. Um exemplo nítido refere-se ao papel dos EUA⁷ sobre instituições financeiras como é o caso do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, além da própria ONU, que modifica aspectos determinantes de sua agenda em função de interesses vinculados à política externa estadunidense (NASCIMENTO, 2009; ROSA, 2011). Esta esfera é uma que a Rússia até tentou exercer certa oposição à Washington, principalmente através do Conselho de Segurança da ONU, onde possui assento permanente. Deste modo, estabelece-se como um ente de certa relevância nos contrapesos à política e interesses estadunidenses — apesar da predominância dos valores destes na própria organização —, angariando espaços próprios e a retomada de um protagonismo nessa frente, ensejando uma fragmentação desse domínio e suas respectivas aspirações para que se apresente cada vez mais enquanto *player* influente nas decisões e na própria demonstração de capacidades materiais. Esse posicionamento ganha maior alavancagem a partir da ascensão de Vladimir Putin (TSYGANKOV, 2012).

O segundo tipo de controle refere-se à capacidade de convencimento, de difundir seus códigos de valores e ideais aos demais Estados, fazendo com que estes criem certas concordâncias, mesmo que o pano de fundo seja o interesse americano. Os EUA, como hegemonia ainda vigente no sistema internacional, possuem um conjunto de mecanismos, como a preponderância material supramencionada e o próprio controle de certas instituições⁸. Por exemplo, a influência sobre o FMI traz um certo peso para a projeção estadunidense na medida em que muitos Estados se reportam à instituição na busca de empréstimos ou negociações deles, gerando uma certa aceitação de agendas ou ajustes que se enquadram no rol de interesses de política externa de Washington. É um mecanismo muito similar ao que ocorria na Guerra Fria, quando o FMI e o Banco Mundial financiavam determinados regimes em troca do apoio aos mecanismos de governança do mundo capitalista-ocidental com base nos EUA. Nota-se, por conseguinte, que essas esferas componentes da hegemonia interagem, com a preponderância econômica, por exemplo, sendo motor para os

⁷ É importante destacar que os dois autores anteriormente mencionados — Brzezinski (1997) e Trenin (2001) —, apesar de suas conjecturas e objetivos diferentes, consideram os EUA, ainda hoje, como detentor da hegemonia do sistema internacional, mantendo seus interesses geopolíticos em constante dinâmica para a sustentação dessa posição. A diferença entre ambos reside justamente no “dever ser” a partir disso. Enquanto Brzezinski elabora um certo “manual” para que os EUA possam manter sua preponderância global — e como conter outros sujeitos, como a própria Rússia —, Trenin levanta a concepção de que esta hegemonia se encontra em declínio e pondera as ações russas para explorar os espaços para a construção de uma ordem multipolar, ensejando seu espaço neste rol. São, assim, dois pontos de vista fundamentais para a pesquisa.

⁸ Esse controle não se resume apenas aos Estados Unidos. Outros países centrais e aliados possuem esse papel de influência material e institucional através do globo. A ingerência da França sobre países africanos é um aspecto exemplar disso, garantindo que determinados desdobramentos políticos e econômicos estejam alinhados a seus interesses próprios (EGBEJULE, 2024a).

demaís tipos de projeção – o que coloca as relações comerciais como um aspecto fundamental no âmago das disputas por influência e, por conseguinte, de correlação geopolítica (TSYGANKOV, 2012).

Estes aspectos, em conjunção, permitem que determinado sujeito – empiricamente, os EUA na atualidade – construa e sustente uma posição de relativa dominância nas dinâmicas políticas, de poder e econômicas no plano internacional. Tendo-se em vista o reconhecimento dos Estados Unidos enquanto potência hegemônica, cabe decifrar o que se entende por *transição hegemônica*. Retoma-se, para tais fins, as ponderações de Trenin (2001). Para o autor, essa supremacia americana encontra-se em um momento decisivo internacional, estando em uma constante ameaça em função de interesses regionais e de sujeitos que desafiam essa unipolaridade estadunidense. Pode-se mencionar como exemplo a discussão sobre a desdolarização no escopo dos BRICS. Trenin (2001, p. 310; tradução nossa) destaca, sobre este elemento, que “uma dimensão importante desse pluralismo é a ascensão e a consolidação de interesses regionais, o que significa o fim da estrutura estatal unitária”. Esse apontamento evidencia a perspectiva do autor sobre as possibilidades para que a Rússia se estabeleça enquanto *player* de destaque em meio à hegemonia unipolar estadunidense.

Tais acepções abrem margem para um outro conceito relevante e complementar aos demais, qual seja o de multipolaridade. Feitas as considerações anteriores, esta compreensão não se coloca como uma grande novidade argumentativa. A partir da estruturação histórica de uma ordem unipolar, marcada pela hegemonia estadunidense nas relações internacionais, a multipolaridade refere-se a uma interpretação do momento histórico dessa mesma hegemonia, entendendo-se a possibilidade de uma reorganização das forças, das capacidades (materiais, de controle e de convencimento/influência) e dos fluxos relacionais globais, reverberando em um modelo marcado por múltiplos sujeitos relevantes e com autoridade para manejar os mecanismos políticos, econômicos e militares.

Assim, a multipolaridade vincula-se diretamente a uma nova forma pela qual as relações internacionais se desdobram, fomentando novas agendas e a ascensão de novos interesses e disputas entre *players* com influências crescentes e cada vez mais proeminentes. A Rússia, destarte, estabelece-se como um exemplo proeminente disso, buscando cada vez mais a recuperação de um espaço de atuação marcado pela relevância e pela retomada de um protagonismo internacional (TORBAKOV, 2011) – mesmo que sua intenção não seja propriamente a elevação ao posto de hegemonia unipolar em substituição aos EUA.

3. A GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA PÓS-SOVIÉTICA

Vladimir Putin disse publicamente que o fim da União Soviética foi a maior catástrofe geopolítica do século XX. Essa declaração, assim como outras do atual presidente russo, ressoam em um mundo com uma memória recente da grandeza soviética e que ainda está presente em grande parte da elite política russa (SEGRILLO, 2012). Torbakov (2011) trabalha com a ideia de que o atual momento da Rússia envolve um contexto comum a outros países que buscam construir uma identidade nacional na qual o nacionalismo e a valorização da pátria possam se apoiar. Inevitavelmente, isso retoma a grandeza do período soviético na Rússia, pois é deste período que a Rússia herda suas capacidades materiais de potência vistas atualmente. Ao mesmo tempo, observa-se a evocação dos princípios históricos russos como primordiais na própria consecução dos objetivos de cunho geopolítico, exaltando-se a relevância e a grandeza da Rússia em termos globais (TRENIN, 2001).

A Rússia é um caso raro no sistema internacional, já que herdou a maior parte do espólio de uma superpotência, mas não tinha as condições necessárias para manter a projeção da União Soviética. No espaço de pouco mais de uma década, uma das maiores superpotências da história se esfacelou e o seu principal herdeiro viu um declínio inédito nas condições materiais de poder de que o país gozava antes (Bertonha, 2016). Nesse contexto, quando fala em catástrofe geopolítica, Putin atinge públicos de matizes diferentes, propiciando memória afetiva a diversos movimentos trabalhistas no mundo todo que contavam com apoio soviético, atinge aqueles que antagonizaram a URSS e ressoa no povo russo que assistiu ao declínio nas condições locais de vida após os anos 1990 (TORBAKOV, 2011).

Os anos 1990 são fundamentais para compreender a política de poder da Rússia atual, pois representam uma década de esfacelamento e enfraquecimento para a Federação Russa. A começar pela crise econômica que o país enfrentou durante o período, seguindo os ditames da terapia de choque, com uma onda de privatizações e liberalização que arrasou a estrutura social na qual a sociedade soviética se assentava, levando ao empobrecimento e a crise russa de 1997. É bem verdade que, desde os anos 1980, a economia soviética vinha sofrendo com queda de produtividade e estagnação econômica, além do que, alguns acontecimentos acentuaram a tendência à crise na administração da URSS, nomeadamente, o fracasso da invasão do Afeganistão, o alto custo da corrida armamentista com os EUA e o desastre nuclear de Chernobyl, conforme discute Angelo Segrillo (2012). Mesmo para a União Soviética, a mobilização de recursos e pessoal para essas frentes de atuação era sufocante e, àquela altura, os Estados Unidos haviam costurado uma rede de alianças que pressionava cada vez mais Moscou.

A imagem de poder da União Soviética foi severamente comprometida na medida em que o país era incapaz de lidar com desafios internos, ao mesmo tempo que seus países satélites, um a um, tornavam-se independentes. Dessa maneira, os anos 1990 são um divisor de águas na trajetória de poder do Estado russo. Isso ocorreu porque, embora o país tenha atuado para mitigar perdas, evitar o seu colapso final e uma guerra civil, a abertura econômica iniciada com Gorbachev e continuada por Yeltsin desindustrializou a Rússia, empobreceu o país e reduziu o poder de compra da população (SEGRILLO, 2012).

Geopoliticamente, o enfraquecimento da Rússia se fez notar no seu entorno, pois os conflitos nos Balcãs foram desfavoráveis aos interesses russos com a intervenção da OTAN na Sérvia, aliada de Moscou. No Báltico, as primeiras repúblicas a se tornarem independentes foram também aquelas que mais rápido se uniram à União Europeia. No Cáucaso, foi onde as tropas russas tiveram que intervir para assegurar que partes do país não se tornassem independentes e instigassem outras minorias étnicas a fazer o mesmo. Foi assim na Chechênia e no Daguestão, em que o poderio militar de Moscou evitou o efeito dominó. O entorno estratégico russo era altamente instável naquela época, pois suas fronteiras eram imediatas às guerras. Soma-se a isso as operações militares dos Estados Unidos e aliados no Oriente Médio e nos Balcãs, outrora regiões em que Moscou exercia influência. Coube à Rússia atuar para “congelar os conflitos” em seu entorno, organizando suas alianças regionais e evitando a sangria em seu poder militar remanescente (SEGRILLO, 2012).

A virada do século e a normalização das relações com os países europeus a partir da relativa pacificação da Europa oriental trouxeram oportunidades de ganhos para a Rússia. Embora desprovida de uma indústria manufatureira competitiva para além da militar, os russos possuíam imensa capacidade de produção energética e de extração de recursos naturais oriundos dos grandes projetos da União Soviética. Assim, as indústrias mineral, petrolífera e do gás russas tinham grandes vantagens comparativas no fornecimento para a Europa e para a China, o que promoveu uma valorização nos principais ativos da economia russa, as *commodities*. A demanda chinesa, notadamente, originou um ciclo de valorização no preço desses produtos na primeira década dos anos 2000. Abria-se, assim, uma nova janela de inserção internacional da Rússia.

Os ganhos com a exportação de *commodities* auxiliaram na integração internacional da economia russa e na recuperação de seu esfacelado Estado. Dessa maneira, o governo russo atuou para que sua presença em fóruns multilaterais voltasse a ser percebida, e retomou a política de investimento nas Forças Armadas da Federação Russa. Contudo, isso não impediu que o país continuasse a ser cercado pelos países da OTAN. A expansão dessa organização militar no leste da Europa é fundamental para entender parte da reação russa de que tanto se fala desde a invasão da Crimeia em 2014 (TSYGANKOV, 2016).

Internacionalmente, a atuação de Moscou mudou de posição. Após o fim da Segunda Guerra, a União Soviética havia emergido como superpotência do mundo socialista e desenvolvedora de tecnologias de ponta, o que deslocava o país de uma posição de igualdade com o bloco do Terceiro Mundo. É claro que, por razões ideológicas, Moscou patrocinou muitos grupos à esquerda e revoluções populares no mundo, mas o fez também para contrabalancear a atuação de Washington. No século XXI, entretanto, a perda de poder relativo e a recomposição econômica da Rússia como grande exportadora de *commodities* fizeram com que o país fosse percebido como uma economia em desenvolvimento e, em parte, foi esse um discurso adotado em tom oficial pelo próprio governo russo em suas diretrizes de política externa, como se pode observar em nota do Ministério das Relações Exteriores do país:

A Humanidade está atualmente passando por mudanças revolucionárias. A formação de um mais equitável e multipolar mundo está a caminho. O desequilibrado modelo de desenvolvimento que permitiu por séculos o avanço do crescimento econômico nos poderes coloniais através da apropriação de recursos dos territórios dependentes da Ásia, África e no Ocidente está irremediavelmente fadado ao passado. A soberania e a competição por oportunidades dos poderes globais não-ocidentais e dos líderes regionais está sendo fortalecida. [...] e outros fatores objetivos aceleraram o processo de mudança no potencial de desenvolvimento para novos centros de crescimento econômico e influência geopolítica e promoveu a democratização das relações internacionais. (RÚSSIA. Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa, 2023; tradução nossa).

A Rússia é um país que herdou seus poderes geopolíticos em um sistema internacional tradicional europeu, pois lutou guerras hegemônicas no concerto europeu do século XIX e foi importante agente nas duas Guerras Mundiais, o que não é o caso de países como Brasil e Índia, os quais ascendem na ordem multipolar pós-Guerra Fria. Entretanto, a perda de poder relativo e o grau de desenvolvimento mais baixo face aos Estados Unidos, União Europeia e Japão, fizeram com que a Rússia se aproximasse do “resto”, angariando apoio junto ao Sul Global, deixando de ser o “segundo mundo” socialista. Essa posição colocará o país junto aos BRICS e aproximará a Rússia da África, onde hoje a atuação russa causa embaraço às tradicionais potências coloniais (*THE GUARDIAN*, 2024).

Pensando em termos cronológicos, a atuação geopolítica da Federação Russa passou por momentos distintos nos últimos 30 anos até atingir o atual em que é percebida como grande ameaça pela OTAN. Considerando que a política externa russa é marcadamente dirigida pela figura do presidente, manteremos a análise da evolução da atuação internacional da Rússia no período pós-soviético dividida por presidente, assim, analisaremos os períodos Yeltsin (1992 - 1999), Putin (2001 - 2008), Medvedev (2009 - 2012) e Putin (2013 - atualmente).

A princípio, Moscou adotou uma postura aberta em relação ao Ocidente, mantendo a linha do final dos anos 1980 de buscar a normalização das relações diplomáticas, mas a Rússia, ainda assim, não cabia na União Europeia, como a Alemanha Oriental e a Polônia. Além do mais, os problemas internos eram urgentes, sobretudo as lutas das minorias separatistas no Daguestão, Tartaristão e Chechênia, as regiões de maioria muçulmana. Os esforços do país foram direcionados a estabilizar a situação interna, com as operações militares na Chechênia contra as forças separatistas chechenas. É bom citar, também, que foi durante o período de Yeltsin que a Rússia recebeu aconselhamento do Fundo Monetário Internacional e levou à cabo uma série de privatizações sem precedentes na qual boa parte dos compradores dos ativos da extinta URSS formaram a nova elite russa, muitos destes, inclusive, ocupavam importantes posições na política soviética (SEGRILLO, 2012).

Após o conturbado período Yeltsin, tem-se o primeiro governo Putin, que havia sido primeiro-ministro russo no final do governo anterior. Durante esse período, que foi do ano 2000 a 2008, a economia russa mostrou recuperação ao aproveitar-se da valorização internacional no preço das *commodities* e da aquisição de novos parceiros comerciais, nomeadamente a recém unificada Alemanha e a China. Embora fosse alvo de desconfiança por outros países europeus, as relações russo-germânicas no campo comercial possuem grande complementaridade mesmo nos dias de hoje. Enquanto isso, com as manufaturas chinesas, a Rússia passou a ter também reciprocidade econômica e ampliou os horizontes de venda para seus recursos naturais. No entorno estratégico russo, a situação nos balcãs foi controlada junto com o separatismo no Cáucaso. Contudo, a questão do Kosovo e o terrorismo permaneceram como desafios a Moscou (TSYGANKOV, 2012). Esses desdobramentos podem ser claramente observados na curva de crescimento do PIB da Rússia que se estende até 2008 – ano da crise da bolha estadunidense⁹. Em 2000, o valor do produto interno já havia saltado de quase 196 bilhões de dólares em 1999 para quase 260 bilhões. Os anos subsequentes foram marcados por seguidos saltos de crescimento, atingindo 1,66 trilhão em 2008 (BANCO MUNDIAL, 2023).

A Rússia retoma a estabilidade impulsionada por grande crescimento durante o primeiro mandato de Putin e isso se reverte em credibilidade internacional por meio da retomada do *Hard Power* russo, já que os ganhos econômicos servirão como fonte de manutenção e expansão das forças armadas russas, sendo o setor de defesa o grande bastião da capacidade de influência internacional de Moscou, pois o país figurará, durante o período de Medvedev, seguidas vezes como maior exportador líquido de armamentos (SEGRILLO, 2020). A Guerra ao Terror manteve os Estados

⁹ Válido pontuar que, apesar da queda do Produto Interno Bruto em 2009, o país voltaria a crescer já em 2010, mantendo-se em trajetória de crescimento até 2015. A partir de então, oscilaria em alguns momentos, mas mantendo seus níveis significativamente elevados.

Unidos e a OTAN focados no Oriente Médio, permitindo à Rússia se aproximar de novos parceiros, inclusive na Europa Ocidental¹⁰, mas também no mundo em desenvolvimento com os BRICS e os exportadores de petróleo na OPEP.

Medvedev era ligado à ala liberal da política russa, mas seu governo não deixou de manter assertividade geopolítica. Foi em seu mandato, entre os anos de 2008 e 2012, que as forças armadas russas invadiram e ocuparam a Geórgia, na região do Cáucaso, em 2008, para defender a minoria russa da Ossétia do Sul, reconhecendo a região como autônoma à revelia do governo georgiano e da União Europeia. No entanto, conforme destaca Segrillo (2020), foi do então primeiro-ministro Putin a palavra decisiva para a invasão da Geórgia e o apoio à independência da Ossétia do Sul e da Abecásia (SEGRILLO, 2020).

Esses acontecimentos fazem parte de um contexto mais recente que acompanha o desenrolar da política externa russa ao longo do segundo mandato de Vladimir Putin e sua supremacia na política do país, além de fornecer caminhos para pensar a política externa russa no período pós-soviético. Segrillo (2020) pontua que Putin cresceu no final dos anos 1990 a partir da baixa popularidade de Yeltsin e equilibra-se entre os russos pró-Europa e os eslavistas.

O conflito na Geórgia apenas reforça uma tendência para a geopolítica russa, qual seja, é na borda ocidental que se encontram seus maiores desafios de segurança. Há uma pressão e expansão da OTAN em seu entorno, uma crescente russofobia nos países do leste europeu e uma grande instabilidade na fronteira Armeno-Azeri. É factível, observando os padrões de atuação nas políticas de poder das grandes potências, que a reação militar russa seria gradativa, começando pelo território interno até finalmente atingir o leste europeu com a Crimeia em 2014 e desde 2022 toda a Ucrânia. A preponderância de Putin e sua visão acerca da Europa oriental como área estratégica para a defesa dos interesses russos ganha força à medida que essas regiões são pressionadas pelo alargamento da União Europeia a leste, e sobretudo pela expansão da OTAN (TSYGANKOV, 2016).

Geopoliticamente, os interesses do país têm se concentrado historicamente no leste europeu, que é uma região fundamental para pensar a formação do Estado russo contemporâneo e a maioria étnica que vive no país, os eslavos e a concentração demográfica do país em sua porção ocidental. Se por um lado essa condição trouxe inevitavelmente uma influência europeia nos russos, a qual alguns entendem ser decisiva para pensar a identidade russa junto ao eslavismo, por outro lado, a Rússia tem enormes fronteiras no centro asiático e no extremo oriente, sendo que, na primeira região, detém

¹⁰ Clubes de futebol europeu foram comprados por magnatas russos (notadamente o Chelsea Football Club). Moscou recebeu a final da UEFA Champions League em 2008, a empresa Russa de gás natural GAZPROM patrocinou o segundo mais popular clube alemão, Schalke 04 e com o apoio de países da Zona do Euro, a Rússia foi escolhida como sede da Copa do Mundo de 2018, segundo reportagem de Patrick Cruz em 2018 (CRUZ, 2018).

forte influência nos rumos dos países e, na segunda, busca uma aproximação cada vez maior com seu principal vizinho, a China (TSYGANKOV, 2016).

Quando a política externa russa busca conservar suas influências no centro asiático e estreitar os laços com a China a partir de uma aliança de equilíbrio de poder face à OTAN e aos Estados Unidos, ela assume uma perspectiva eurasiática, sobretudo pelo peso que Pequim traz para a geoeconomia de sustentação russa na política internacional. A China abastece a Rússia de manufaturas, compra os recursos naturais russos e oferece uma aliança necessária para Moscou. É de se pensar que vem se desenvolvendo uma dependência russa quanto à China em sua balança comercial, já que há uma assimetria econômica entre ambos. Contudo, para um país com o poderio militar da Rússia, as assimetrias podem ser reduzidas por meio do equilíbrio de poder oferecido à China pelos russos. Pequim também precisa de Moscou para assegurar uma aliança face ao cerceamento da China continental empreendido pelos Estados Unidos e seus aliados na Ásia (LIU, 2022).

Essa parceria sino-russa não é um esquema rígido. Ao contrário, os dois países se aproveitam da geopolítica variável nas relações de poder no mundo para empreenderem suas próprias políticas globais. Por exemplo, a China é vista com ceticismo e competição pela Índia, que mantém com a Rússia ótimas relações a nível estratégico, assim como a presença da China na África não impede a crescente presença russa nesse continente (LIU, 2022; EGBEJULE, 2024b).

Com efeito, a América Latina também é uma região em que a presença russa não acompanha a estratégia chinesa, e tampouco repete o modelo de aproximação soviético. É de certa forma novo e relativamente independente das parcerias já consolidadas pelo estado russo em outras regiões, mas, assim como no caso chinês, enfrenta a concorrência da potência já instalada na região, os Estados Unidos. É por isso que, por vício de análise, muitos jornais, pesquisadores e *think-thanks*, repetem o erro conceitual de colocar no mesmo plano Rússia, China, Estados Unidos e seus interesses na América Latina. Dessa forma, julgamos ser fundamental diferenciar as relações russo-latinoamericanas em dois sentidos: o primeiro é deslocar estas do viés da Guerra Fria; e o segundo é observá-las por múltiplas entradas, já que a AL é uma região complexa e plural em termos de interesses.

4. A RÚSSIA PÓS-SOVIÉTICA E A AMÉRICA LATINA

Russos e latino-americanos sempre estiveram separados por uma distância geográfica imperativa. A presença russa na América era tímida desde a venda do Alasca aos Estados Unidos. O Império Russo mantinha com a região relações diplomáticas básicas, reconhecendo a soberania dos novos países independentes. Após a revolução bolchevique, muitos países latino-americanos

romperam relações com Moscou e assim permaneceram até 1945, quando a presença russa entre os aliados fez arrefecer o medo do comunismo. Contudo, a política de segurança nacional americana logo fez a pressão para isolar Moscou chegar a todo o continente e já em 1949 a maioria dos países na América Latina não mantinham mais relações com a Rússia (BLANK; KIM, 2015).

Aspectos institucionais como a Organização dos Estados Americanos (1948) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1948) buscavam coordenar a partir de Washington uma política externa para toda a América, o que já acontecia desde a Doutrina Monroe (AYERBE, 2002). Além disso, a rede de alianças entre os negócios norte-americanos e as elites latino-americanas convergiam em torno do “perigo” da ideologia dos bolcheviques, o que fomentava a eleição de governos altamente reativos à URSS. De outra parte, os soviéticos conservavam cautela para com a América Latina, pois reconheciam a preponderância estadunidense nesse espaço.

É com a Revolução Cubana (1959) que as relações entre URSS e América Latina ganham mais profundidade, de maneira que Havana passa a representar um bastião de apoio a Moscou na região, para além de replicadora de sua ideologia. À medida que a insatisfação com o descaso norte-americano em relação aos seus pares latino-americanos cresce, uma série de governos nacionalistas e independentistas passam a ser eleitos. Muitos países, inclusive o Brasil, argumentavam que Washington se apegava aos próprios interesses em detrimento de uma parceria construtiva com a América Latina visando o desenvolvimento desta região (CERVO; BUENO, 2002). Com medo do efeito Cuba como uma porta de entrada para a URSS em seu entorno estratégico, os Estados Unidos endurecem a política para a América Latina e passam a atuar para sufocar movimentos nacionalistas e com tendências à esquerda no continente a todo custo. Assim, embora Cuba tenha sido um êxito para os movimentos comunistas e outros grupos tenham se formado com esse advento, as ditaduras que vieram a seguir na AL atuaram para minar esses movimentos e fechar as portas para a URSS (RIVAS DE HERNANDEZ, 2021).

É somente a partir dos anos 1980 que as relações entre América Latina e União Soviética saíram do eixo Havana-Moscou, seguindo a tendência que havia de aproximação e abertura iniciada no governo Gorbachev após 1985. O governo Sarney, por exemplo, realizou a primeira viagem de um chefe de estado brasileiro à URSS em 1988 (CERVO; BUENO, 2002), anunciando uma parceria que se provaria, contudo, tardia, já que 3 anos depois a União Soviética se esfacelou e a Federação Russa emergiu em uma grande crise de transição ao capitalismo.

Os anos 1980 também abriram caminho para uma parceria duradoura entre russos e latino-americanos na Nicarágua, visto que depois da tomada do poder pelos sandinistas de Ortega, Manágua e Moscou tornaram-se grandes parceiros, em uma relação que mantém grande proximidade até os dias de hoje, somando-se a Cuba e fortalecendo a presença de aliados russos no Caribe, região que servirá como contraponto de Moscou ao avanço da OTAN na periferia russa.

Ao mesmo tempo, os processos de liberalização comercial tanto na Rússia quanto na América Latina contribuíram para um aumento no fluxo econômico entre esses dois polos, mas o volume de recursos era baixo comparado ao que estes países mantinham com outras regiões. Além disso, os anos 1990 foram de rearranjo na institucionalidade econômica para ambos, sobretudo para a Rússia que fez uma acelerada e convulsiva transição ao capitalismo (RIVAS DE HERNANDEZ, 2021).

Com efeito, o período que vai de 1980 até o final dos anos 1990 demarca uma fase de aproximação e diálogo, mas sem complexidade nessas relações. A América Latina é carente de projeção de poder a nível global e esse período é caracterizado por uma busca pela institucionalização da diplomacia latino-americana como forma de contrabalancear os gargalos latino-americanos em termos de *hardpower*, bem como houve forte regionalização com vistas à integração, principalmente no sul da América do Sul, a partir do eixo Buenos Aires - Brasília. Dentro do realismo periférico da América Latina¹¹, o que a Rússia poderia oferecer naquele momento era pouco, já que este país também estava envolvido em assuntos regionais e em suas dificuldades econômicas (BLANK; KIM, 2015). Seguindo essa lógica dual de coesão interna e projeção externa, ambas as regiões estavam capturadas pela reorganização política interna e limitadas à sua ordem regional em termos de projeção externa.

Em 1997, o ministro das relações exteriores russo à época, Yevgeny Primakov, realizou visitas a México, Argentina, Cuba, Brasil, Venezuela e Colômbia inaugurando uma nova fase nas relações entre a Federação Russa e a América Latina, conforme apontam Blank e Kim (2015, p.160). Todavia, estes autores concordam com Farah e Reyes (2015) quanto ao fato de que é somente nos anos 2000 que a estratégia russa para a região avança principalmente pela retomada de uma presença global de Moscou somada a uma década de recuperação econômica.

Durante o período 2000-2011, presidentes da Rússia visitaram a América Latina seis vezes, e os ministros das relações exteriores — mais de seis vezes. Em 2008/09, a Rússia intensificou substancialmente sua presença na América Latina. Visitas presidenciais e ministeriais desde e para a Rússia, grandes acordos comerciais para venda de armas, acordos energéticos, visitas por bombardeios de longa distância russos, exercícios navais conjuntos com a Venezuela e visitas de frota à Cuba e à Nicarágua também ocorreram. (BLANK; KIM, 2015, p.160).

No período destacado na citação acima, identificamos alguns aspectos conjunturais que favoreceram a crescente presença russa na América Latina. O primeiro foi a recuperação econômica

¹¹ O realismo periférico é um conceito cunhado pelo cientista político argentino, Carlos Escudé, segundo o qual, a Argentina era um país essencialmente periférico e deveria fazer alianças com as grandes potências, notadamente os Estados Unidos. Essa ideia passou a ser usada analogamente para pensar a geopolítica de outros países latino-americanos, conforme apontam Schenoni e Escudé (2016). Os Estados menores, ou de segunda classe, como Escudé caracteriza a Argentina, devem se associar a uma grande potência para contrabalancear grandes adversários regionais.

da Rússia, país com considerável mercado consumidor, localizado no centro da Eurásia, com imensas reservas de recursos naturais e pujante indústria armamentista. O segundo é o excessivo foco dado pela potência hegemônica hemisférica, os Estados Unidos, à sua política de Guerra ao Terror no Oriente Médio, levando a reboque seus aliados da OTAN, o Japão e a Austrália. O terceiro é o fortalecimento em conjunto de uma perspectiva global nos governos da América Latina, capitalizando a relativa estabilidade política na região para buscar parceiros fora do eixo América do Norte e Europa.

Por outro lado, identificamos aspectos não conjunturais e que também contribuem para essa aproximação, mas de maneira distinta dada a pluralidade de países da América Latina. A começar pelo eixo caribenho da presença russa, no triângulo Nicarágua-Cuba-Venezuela. Aqui, para além das relações de Estado, a proximidade se manifesta por relações mais profundas que fazem frente às pressões de Washington e que fornecem um aliado para dissuadir os Estados Unidos, enquanto na parte Moscovita serve de contraponto ao avanço da OTAN em seu entorno geográfico. É nesses três países com presença no Caribe que a Rússia empreendeu mais esforços geopolíticos, vendendo armas, suprindo ativos estratégicos e oferecendo crédito. Os Estados Unidos responderam com pesadas sanções econômicas a esses países que sofreram com crises econômicas, sobretudo a Venezuela, que é ainda altamente vulnerável à política de petróleo norte-americana.

Em Havana e Manágua, a Rússia também se inclina a equilibrar as assimetrias com relação aos Estados Unidos, buscando incomodar Washington em seu entorno estratégico, aliviando o embargo em Cuba e fomentando uma alternativa ao Canal do Panamá na Nicarágua, iniciativa esta que conta com interesses da China também (*BRASIL DE FATO*, 2022). A Rússia foi cortejada por alguns governos à esquerda na América Latina, em parte pelo contraponto que fazia aos EUA e em parte pela memória da URSS. Os governos Kirchner na Argentina (2003 - 2015) e Evo Morales na Bolívia (2006 - 2019) mostraram-se muito abertos às relações com a Rússia, sobretudo aquele último (RIVAS DE HERNANDEZ, 2021).

Farah e Reyes (2016), em relatório do Instituto para Estudos Estratégicos da Universidade de Defesa Nacional dos Estados Unidos, desenvolvem um trabalho focado essencialmente na presença russa a partir do vácuo deixado por Washington. Estes autores, embora com uma visão do setor militar dos Estados Unidos, acrescentam ao debate o caso da criação, em 1998, da NK SESLA, o Comitê Nacional Russo para Promoção do Intercâmbio Comercial entre Rússia e América Latina, como forma de “alertar” para os interesses russos de longo prazo na região. Além disso, apresentam dados referentes ao crescimento subsequente do comércio de armas entre a Rússia e a trinca Nicarágua, Cuba e Venezuela.

Há também a questão dos BRICS na América Latina e o papel central do Brasil para a Rússia, a partir de uma cooperação que foi institucionalizada no maior bloco de países emergentes do

mundo. No Brasil, a estratégia russa caminhava mais no sentido de obter em Brasília uma porta de entrada para a América Latina na política global, em um diálogo com o país que menos assimetria apresenta vis-à-vis Moscou na região (SEGRILLO, 2020). Ocorre também que o Brasil sofre com os constrangimentos impostos pelos Estados Unidos. Além disso, afora a venda de armamentos, ponto em que o Brasil tem grande cautela, a Rússia oferece pouco à diplomacia comercial brasileira, que dá destaque muito maior para suas relações com a China, em que vem obtendo sucessivos ganhos materiais (Sousa, 2016). Atualmente, o que mantém as relações econômicas entre os dois países firmes e a neutralidade do Brasil tem sido a enorme dependência da agricultura brasileira em relação aos fertilizantes russos. Posto isso, ao fim e ao cabo, as economias brasileira e russa têm pouca complementaridade, sendo dois grandes exportadores de *commodities* e, portanto, concorrentes no mercado internacional, em que pese o volume de importação de fertilizantes pelo Brasil.

Vale lembrar que a Rússia passou a integrar a Organização Mundial do Comércio em 2012, e isso a trouxe para um palco em que alinhar-se aos países em desenvolvimento era importante, já que a pauta exportadora russa também padecia do excesso de protecionismo da política agrícola europeia. Tsygankov (2016) entende que Putin não visava conflitar-se com o Ocidente, tampouco se diferencia tanto assim dele; ao contrário, queria ser reconhecido como igual e não via problemas em negociar com a Europa e os Estados Unidos, resguardando-se em um pragmatismo comercial típico do mundo capitalista. As revoluções coloridas¹² tornaram o governo Putin mais assertivo, embora este seguisse aberto à política de engajamento econômica com a União Europeia e os Estados Unidos. Esse pensamento, segundo aquele autor, aumentou durante a crise de 2008, na qual parte da elite política russa advogou em favor de reformas liberalizantes na economia.

Tsygankov (2016) destaca, porém, que esse contexto de uma Rússia aberta ao Ocidente atinge seu ponto de inflexão quando há uma expansão militar dos Estados Unidos por meio da OTAN na fronteira russa que visa diminuir a influência de Moscou em suas ex-repúblicas. Estes acontecimentos mudaram a percepção de Putin, uma vez que o presidente russo entendia que se tratava de ações para minar a soberania russa e seus interesses. A questão ucraniana serviu como catalisador para a ruptura entre Washington e Moscou, assim como levou ao congelamento das relações de Moscou com a União Europeia, ainda que esta seguisse importando recursos naturais russos (DEUTSCHE WELLE, 2024).

¹² As revoluções coloridas foram uma onda de protestos nas antigas Repúblicas Soviéticas no leste europeu, na Ásia Central e no Cáucaso em que as pautas possuíam similaridade temática, tais como, democratização, liberdade, aproximação com a União Europeia e críticas aos governos locais. O resultado desses movimentos foi uma contrarrevolução nos governos dos países em que os protestos tiveram palco, partindo da ideia de que se tratava de ações coordenadas por agentes transnacionais visando a desestabilização nacional, conforme o trabalho de Silitski (2010).

No espaço de pouco mais de uma década, a presença russa na América Latina mudou conforme a maré anti-Rússia na Europa e nos Estados Unidos se fortaleceu, assim como a ideia de defender os interesses russos também cresceu no país. Se antes a busca por parceiros comerciais seguia o liberalismo comercial, agora mira uma política internacional do *status quo*, qual seja, assegurar que Moscou não ficasse isolada e que atuasse como potência internacional tradicional. Neste sentido, por trás da aproximação com a América Latina, os interesses geopolíticos pesavam mais que os econômicos.

Nesse jogo de interesses, alguns países latino-americanos ficaram confortáveis em tomar o lado russo (como a Venezuela), porque já estavam sob forte oposição dos Estados Unidos. Uma postura do tipo “o seu inimigo tem sido também meu inimigo”. Outros como Brasil e Argentina, mesmo que mantivessem boas relações com a Rússia, se sentiram constrangidos a entrar em uma disputa política global e reduziram ações mais contundentes por temerem a oposição interna e as pressões externas. Em 2014, por exemplo, a Argentina havia conseguido financiamento russo para a construção de uma barragem na Patagônia (*DIARIO JORNADA*, 2015), mesmo ano em que o Brasil sediou a cúpula dos BRICS. Após isso, no entanto, pouca movimentação houve da parte desses dois países nas suas relações com a Rússia.

A oposição interna à Rússia nos países latino-americanos vem de uma fração de suas populações que mantém o anticomunismo da Guerra Fria congelado em suas mentes, e de outra que entende ser parte do ‘Ocidente Global’ e que naturalmente acompanha a oposição de Washington à Rússia. Por outro lado, ao observar as sanções econômicas aplicadas pelos Estados Unidos a Moscou desde o conflito na Criméia em 2014 e finalmente o rompimento entre Estados Unidos, União Europeia e Rússia, é possível depreender que, diferentemente da Guerra Fria, os países da América Latina mantiveram-se neutros e conservam, na medida do possível, relações comerciais estáveis com a Rússia. Isso ocorre mesmo em países governados pela extrema-direita altamente ligada aos EUA, como foi o caso do Brasil de Jair Bolsonaro, que não rompeu com a Rússia em 2022 e visitou o país poucas semanas antes da invasão da Ucrânia.

Esse contexto pode ser explicado de duas formas. Primeiro é que os Estados Unidos não detêm mais a capacidade de arbitrar a geoeconomia mundial como há vinte anos e isso abre caminho para uma presença global da Rússia sem que aqueles possam impedir. Segundo é que, para os novos governos de extrema-direita em ascensão pelo mundo, Putin não é o maior problema, posto que o verdadeiro desafio é a China. Isso ocorreu na América Latina também, que viu crescer posturas sinofóbicas em certos governos em meio a uma relativa contemporização face a Moscou.

A presença russa na América Latina se caracteriza, então, por uma aliança sólida no Caribe com Venezuela, Nicarágua e Cuba, em que a estratégia russa de servir de aliado “maior” reduz as grandes assimetrias de poder entre esses países e os Estados Unidos, enquanto contribuem para a

presença russa na periferia norte-americana. No restante do continente, Moscou é contemplada com a neutralidade da região em relação à invasão da Ucrânia e a abertura dos governos para o diálogo multilateral, contribuindo para contornar as sanções da UE e dos EUA, mas sua presença passa longe de ser decisiva ou de provocar mudanças profundas nesses países como tem feito a China. Colocando em perspectiva comparada aos soviéticos, a aproximação russa com a América Latina guarda certo ineditismo em relação à URSS, cuja divisão do mundo em áreas de influências deixava a AL bem longe de Moscou, o que demonstra que a Rússia tem conduzido uma estratégia de presença global que também abrange nossa região.

Isso, no entanto, não deve produzir um julgamento superestimado acerca da presença russa na região. Para relativizarmos o papel da Rússia na América Latina, este artigo trouxe alguns dados para colocar em perspectiva as dimensões objetivas dessa relação. Tomamos como base dados de comércio internacional obtidos juntos ao Atlas de Complexidade Econômica do MIT em 2023 e ao Banco Central do Brasil sobre as correntes de comércio russa, chinesa e estadunidense com Brasil (maior economia da região), México (mais integrada às cadeias globais de valor) e Venezuela (mais inclinada à Rússia).

TABELA 1 – CORRENTE COMERCIAL COMPARADA BRASIL – CHINA, EUA E RÚSSIA NO ANO DE 2023

País Parceiro	Exportações do Brasil (US\$ bilhões)	Importações do Brasil (US\$ bilhões)	Corrente de Comércio (US\$ bilhões)	Saldo Comercial para o Brasil (US\$ bilhões)
China	104,3	53,1	157,4	51,2
EUA	36,5	42,5	79	-6
Rússia	2,5	5,7	8,2	-3,2

FONTE: ELABORAÇÃO DOS AUTORES A PARTIR DE INFORMAÇÕES DA OEC MIT, 2023.

Elaborada com base nos dados do BC 2023, a Tabela 1 brasileira indica preponderância chinesa face aos números dos EUA e um comércio bilionário, mas não robusto com a Rússia. O Brasil é deficitário com relação à Washington e Moscou, contudo, essa diferença é compensada por larga margem no saldo com Pequim. O fator principal a ser destacado na relação econômica russo-brasileira são os fertilizantes russos, que têm um peso muito grande para o setor chave do comércio brasileiro, a agricultura.

O Brasil é o maior importador de fertilizantes russos no mundo e essa dependência é altamente estratégica para o país devido ao impacto que aqueles produtos têm na cadeia produtiva brasileira, uma vez que constituem insumos essenciais para a manutenção da safra do Brasil (*BRASIL 247*, 2025). O destino dos produtos cultivados com os fertilizantes russos é notadamente a

China, maior parceira comercial brasileira. Trata-se de um ponto estratégico nas relações entre Brasil e Rússia, ao nosso ver, o mais estratégico de todos.

TABELA 2 - CORRENTE COMERCIAL COMPARADA MÉXICO – EUA, CHINA E RÚSSIA NO ANO DE 2023

País Parceiro	Exportações do México (US\$ bilhões)	Corrente de Comércio (US\$ bilhões)	Saldo Comercial para o México (US\$ bilhões)
Estados Unidos	475,6	798,3	152,9
China	10,8	129,5	-107,9
Rússia	0,003	0,006	0

FONTE: ELABORAÇÃO DOS AUTORES A PARTIR DE INFORMAÇÕES DA OEC MIT, 2023.

Quanto ao México, nota-se que a corrente comercial entre os dois países é insignificante quando comparada a de China e Estados Unidos. Os dados da Tabela 2 indicam que há, na verdade, primazia de Washington no comércio internacional mexicano, com diferença significativa em relação à China. Embora haja uma reorganização do comércio mundial atualmente devido à guerra tarifária desencadeada pelo segundo mandato de Trump, essa condição dificilmente deve ser alterada por ocasião dos efeitos do *nearshoring* na política comercial estadunidense, a qual visa trazer a produção para próximo dos EUA, senão dentro do próprio território do país, fazendo com que o México se transformasse no maior parceiro comercial dos Estados Unidos (USTR, 2025).

TABELA 3 - CORRENTE COMERCIAL COMPARADA VENEZUELA - CHINA, EUA E RÚSSIA NO ANO DE 2023

País Parceiro	Exportações da Venezuela (US\$)	Importações da Venezuela (US\$)	Corrente de Comércio (US\$)	Saldo Comercial para a Venezuela
China	~ US\$ 1,0 bilhão	~ US\$ 2,2 bilhões	~ US\$ 3,2 bilhões	Déficit ~ US\$ 1,2 bilhão
EUA	~ US\$ 0,4 bilhão	~ US\$ 1,5 bilhão	~ US\$ 1,9 bilhão	Déficit ~ US\$ 1,1 bilhão
Rússia	~ US\$ 0,05 bilhão	~ US\$ 0,1 bilhão	~ US\$ 0,15 bilhão	Déficit ~ US\$ 0,05 bilhão

FONTE: ELABORAÇÃO DOS AUTORES A PARTIR DE INFORMAÇÕES DA OEC MIT, 2023.

Os dados venezuelanos estão aproximados por razão de estarem assim dispostos na fonte consultada. A Tabela 3, no entanto, indica que a grande margem que havia da corrente de comércio com os Estados Unidos em relação àquela da Rússia nos casos de Brasil e México não se repete com

a Venezuela. A despeito disso, o volume bruto de comércio com a Venezuela é menor do que aquele que a Rússia tem com o Brasil, já que este último é o maior parceiro comercial de Moscou na América Latina.

Constituindo a Venezuela um caso à parte na geopolítica da América do Sul, por sofrer com as pesadas sanções dos Estados Unidos e por sua economia ser altamente dependente das exportações de petróleo cru, sua corrente comercial com a Rússia envolve também armamentos, assim como com a China. No entanto, conforme aponta o relatório do Instituto de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, no período que vai de 2019 a 2023, a Venezuela não se encontrava entre os 10 principais destinos das exportações de armamento russas, sendo, ainda sim, o único país latinoamericano entre os 20 principais destinos dos equipamentos militares russos naquele período.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira da Rússia se projetar no mundo e como essa projeção é vista são questões que colocam esse país à sombra da antiga União Soviética, mas a Federação Russa conserva apenas o poderio militar soviético, de modo que o que surgiu após 1991 foi uma nação nova com objetivos muito distintos daqueles da URSS. Embora os olhares a Putin busquem sempre invocar a Guerra Fria, a Rússia de hoje e seu governo são, em parte, fruto desta época, e não uma continuidade plena daquele momento.

Na América Latina, o erro interpretativo acerca da Rússia persiste, seja pela consciência de elites presas ao mundo bipolar, seja por um viés que só enxerga a política internacional pelas lentes do Atlântico Norte. Entendemos que refletir sobre a Rússia exige esforço compreensivo que conecte a América Latina diretamente a Moscou, sem mediações. Para isso, é importante que o estudo da Rússia fuja dos estereótipos e mergulhe com seriedade na história desse país, ou corre-se o risco de dividirmos o mundo entre bons e maus, uma dualidade prejudicial para uma análise que se busca objetiva. Uma perspectiva do Sul Global, onde se situa a América Latina, não pode se apegar a ingenuidades. A Rússia não é boa ou má, é uma potência, não com interesses comuns aos das outras com que interagimos, mas tal como elas, faz parte de uma política de poder.

A Rússia que alguns apregoam como agente desestabilizador é, ao mesmo tempo, um país que se reconstitui em torno do que manteve da URSS, através da primazia de seu poderio bélico. Uma potência sem força econômica na mesma medida de seus poderes militares, uma sociedade que se organiza a partir de um núcleo quase milenar de civilização que, quando pressionada, reage. O avanço da OTAN na periferia russa causou a imediata reação de um nacionalismo semiadormecido em Moscou. A política internacional se impõe aos russos e os impele a assumir um protagonismo no

limite do que podem assumir. Com suas limitações, a Rússia vem executando uma política global e isso implica aproximar-se da América Latina.

O que consideramos ser fundamental para entender o que busca a Federação Russa na América Latina está na constituição de uma política de poder global da Rússia, em meio à multipolaridade crescente de um mundo cada vez menos dependente de uma hegemonia central. Moscou se projeta na América Latina com o que tem, ou seja, poder militar e a vastidão de recursos naturais. A recuperação das capacidades materiais do Estado russo envolve proteger a soberania através de uma geopolítica global, tratando-se, assim, da relação entre um polo de poder estabelecido – a Rússia –, com outra ainda por se estabelecer, a América Latina, mas sobretudo a América do Sul, a partir do caribe Venezuelano, que interage com Cuba e Nicarágua, e de um diálogo mais estável com o Brasil.

Essas questões parecem claras após o conflito na Ucrânia, quando houve um movimento para isolar a Rússia. Porém, a neutralidade da América Latina claramente removeu a tendência que havia com relação à URSS no passado, qual seja, acompanhar a posição dos Estados Unidos. Dentro da política de poder entre as nações, o bloco latino-americano vai marcando posição mais à maneira de seus interesses, se contrária à potência hemisférica, é porque as relações de poder se apresentam em condições de respaldar esses países.

Objetivamente, conforme os dados que apresentamos, essa presença está longe de ser significativa em termos numéricos. Todavia, a geopolítica é um campo em que as interpretações devem avançar para além da economia fria e, nesse sentido, o caso da dependência brasileira dos fertilizantes russos e o comércio militar com a Venezuela indicam que os ativos de *hard power* assentados nos recursos naturais e militares de Moscou tendem a projetar em alguma medida a influência desse país na região.

REFERÊNCIAS

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: Unesp, 2002.

BERTONHA, João Fábio. Estados Unidos, URSS/Rússia e os equilíbrios e desequilíbrios estratégicos e militares entre 1989 e 2016. **Meridiano** 47, v. 17, n. 153, 2016.

BLANK, S.; KIM, Y. Russia and Latin America: The New Frontier for Geopolitics, Arms Sales and Energy. **Problems of Post-Communism**, v. 62, n. 3, p. 159–173, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores Econômicos: Exportações e Importações por País**. Brasília: BCB, 2023.
Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicoseconomia>; Acesso em: 21 mai 2025.

BANCO MUNDIAL. **PIB (US\$ a precios actuales):** Russian Federation (1988-2023). 2023. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=RU>; Acesso em: 31 mai. 2025.

BRASIL 247. **Brasil lidera importação de fertilizantes russos em 2024.** 26 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.brasil247.com/agro/brasil-lidera-importacao-de-fertilizantes-russos-em-2024-gsmummgg>; Acesso em: 21 mai 2025.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic imperatives.** New York: Basic Books, 1997.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora UNB, 2002.

CRUZ, Patrick. “Quem são os russos donos da bola no futebol global”. *Valor Econômico*, São Paulo, 11 jun. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/06/11/quem-sao-os-russos-donos-da-bola-no-futebol-global.ghml>; Acesso em: 05 mai. 2025.

DEUTSCHE WELLE. War in Ukraine: Why is the EU still buying Russian gas? 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/en/war-in-ukraine-why-is-the-eu-still-buying-russian-gas/a-68925869>; Acesso em: 13 jul. 2024.

DIARIO JORNADA. En septiembre comenzará la construcción de la represa Chiduido I. 23 de abril de 2015. Disponível em: https://www.diariojornada.com.ar/125695/economia/en_septiembre_comenzara_la_construccion_de_la_represa_chihuido_i; Acesso em: 29 jun. 2024.

EGBEJULE, Eromo. France begins military withdrawal from Chad as influence in Africa wanes. **The Guardian**, Londres, 10 dez. 2024a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/dec/10/france-begins-military-withdrawal-from-chad-as-influence-in-africa-wanes>; Acesso em: 20 mai 2025.

EGBEJULE, Eromo. More control, less deniability: what next for Russia in Africa after Wagner? **The Guardian**, 2024b. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/article/2024/may/21/what-next-for-russia-in-africa-after-wagner-moscow-influence>; Acesso em: 10 jul. 2024.

FARAH, Douglas; REYES, Liana Eustacia. Russia in Latin America: A Strategic Analysis Prism. **Journal of the Center for Complex Operations**, vol. 5, n. 4, p. 100-117, 2015.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

LIU, Fenghua. Russia's Foreign Policy Over the Past Three Decades: Change and Continuity. **Chinese Journal of Slavic Studies**, v. 2, n. 1, p. 86-99, 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa:** pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1999.

NASCIMENTO, Álisson Reis. Conselho de Segurança da ONU e a hegemonia estadunidense: reflexos da manutenção de uma ordem mundial unipolar no pós-guerra fria. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 7, n. 1, p. 71-98, 2009.

NICARÁGUA SE APROXIMA da China e abre caminho para investimentos em infraestrutura. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/11/nicaragua-se-aproxima-da-china-e-abre-caminho-para-investimentos-em-infraestrutura>; Acesso em: 15 jun. 2024.

OEC – OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Bilateral Trade Data by Country and Product**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2023. Disponível em: <https://oec.world/>; Acesso em: 21 mai. 2025.

RIVAS DE HERNANDEZ, S. M. Os intereses da Federación Rusa en América Latina como espazo estratéxico dentro dun mundo multipolar. **Gladius Et Scientia**. Revista De Seguridad Del CESEG, v. 2, 2021.

ROSA, William Torres Laureano da. **As normas multilaterais para o combate ao terrorismo: uma análise das políticas dos EUA no pós 11 de setembro e sua recepção nos espaços decisórios da ONU**. 145f. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2011.

RÚSSIA. Ministério das Relações Exteriores. **Conceito da política externa da Federação da Rússia**. MID – Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Moscou, 31 mar. 2023. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/fundamental_documents/1860586/?lang=pt; Acesso em: 2 jun. 2025.

SCHENONI, Luis L.; ESCUDÉ, Carlos. Peripheral Realism Revisited. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 1, e002, 2016.

SEGRILLO, Angelo. **A questão da democracia na Rússia pós-soviética: O renascimento de uma potência? a Rússia no século XXI**. Brasília: Ipea, 2012.

SEGRILLO, Angelo. **O declínio da União Soviética**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SEGRILLO Angelo. **Russia: Europe or Asia?** The Question of Russia's Identity in the Discussions Between Westernizers, Slavophiles and Eurasianists and an Analysis of the Consequences in Present-Day Russia. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SILITSKI, Vitali. "Survival of the fittest:" Domestic and international dimensions of the authoritarian reaction in the former Soviet Union following the colored revolutions. **Communist and Post-Communist Studies**, Amsterdam, v. 43, n. 4, p. 339–350, dez. 2010.

SIPRI – STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Trends in International Arms Transfers**, 2023. Estocolmo: SIPRI, 2024. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2024-03/fs_2403_at_2023.pdf; Acesso em: 21 mai 2025.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de. **Relações Brasil-China: interesses, questões e resultados**. 353 f. São Paulo. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). UNESP, UNICAMP e PUC-SP, 2016.

THE GUARDIAN. More control, less deniability: what next for Russia in Africa after Wagner? The Guardian, 21 maio 2024. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/article/2024/may/21/what-next-for-russia-in-africa-after-wagner-moscow-influence>; Acesso em: 8 jun. 2024.

TORBAKOV, Igor. What does Russia want? Investigating the interrelationship between Moscow's domestic and foreign policy. DGAP-Analyse, n. 1, maio. Berlim: Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik, 2011.

TRENIN, Dmitri. **The End of EURASIA**: Russia on the Border Between Geopolitics and Globalization. Moscow: Carnegie Moscow Center, 2001.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia's foreign policy**: change and continuity in national identity. Rowman & Littlefield, 2016.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia and the West from Alexander to Putin**: Honor in international relations. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

USTR (United States Trade Representative). **Mexico: Trade Overview**. Disponível em: <https://ustr.gov/countries-regions/americas/mexico>; Acesso em: 2 ago. 2025.